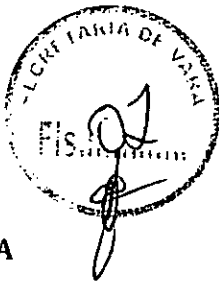




**YAGO PINHEIRO
ADVOGADO**



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE SENADOR POMPEU ESTADO DO CEARÁ**

547.57 2018

ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX, brasileiro, portador do RG de nº 1278878, inscrito com o CPF de nº 049.074.933-04, residente e domiciliado no Distrito Genipapeiro, 07, Senador Pompeu-CE, por meio de seu procurador que a esta subscreve, com endereço profissional a Rua Leonel Vale, nº 15, Centro, Senador Pompeu-CE, onde receberá intimações e demais comunicações, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194/74 e Decreto-Lei nº 73/66, propor:

AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGUROS DPVAT S/A**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº. 74, 5º andar, Centro - Rio de Janeiro / RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, pelos fatos e fundamentos jurídicos que passa a expor:

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SENADOR POMPEU
SECRETARIA DE VARA ÚNICA

Recebido hoje e protocolado sob o

nº 388/18 W. 13/13.1420 de 12:42

13 de 11 de 20 18

405
Encarregado(a) do Protocolo



I. DA JUSTIÇA GRATUÍTA

De início, requer sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita nos termos da Lei nº 1.060/50 e da Lei nº 7.115/83, por não possuir meios capazes de suportar as despesas de um processo judicial, sem prejuízo próprio ou da família, para que assim não veja vencida a satisfação de seus Direitos, para tanto, apresenta declaração de pobreza que vai anexo juntamente com o instrumento procuratório.

II. DOS FATOS

O Promovente envolveu-se em acidente de trânsito no dia 05/04/17, por volta das 15:00H, na cidade de Senador Pompeu, o mesmo se utilizava da motocicleta de placa HUZ5470, quando bateu numa pedra, perdeu o controle, vindo a cair no solo.

Informa que foi socorrido por populares e foi levado ao Hospital Municipal de Senador Pompeu.

O Promovente necessitou de cuidados emergenciais e hospitalares, conforme consta na ficha de ocorrência do hospital, pois em decorrência do acidente sofreu fratura no dedo da mão esquerda e teve seu pé esquerdo cortado.

O requerente não foi atendido por nenhum órgão de atendimento de emergência, tendo em vista a escassez desses órgãos em sua cidade, tendo que ser socorrido por populares e levado até o hospital Municipal.

A Promovente deu entrada no pedido de liberação do seguro DPVAT, tendo sido o último liberado no dia 11 de Julho de 2017. Entretanto, o valor do seguro disponibilizado foi de apenas R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), mesmo tendo sofrido uma lesão grave, ficando com sérias sequelas, conforme documentação em anexo.

III. DA LEGITIMIDADE PASSIVA



04
[Handwritten signature]

Inicialmente, cumpre esclarecer que a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT foi criada com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT.

A Resolução CNSP de n.º 154 determinou a constituição de uma Seguradora especializada para administrar os Consórcios do Seguro DPVAT - anteriormente conhecido como "Convênio do Seguro Obrigatório DPVAT".

Ademais, tem-se que a Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT detém autorização da SUSEP - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS, para operar no que tange ao Seguro Obrigatório DPVAT, conforme Portaria n.º 2797/07, destaque-se para o art. 5º, §3º, da referida Resolução:

"CAPÍTULO IV DOS CONSÓRCIOS Art. 5º. Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. (...). § 3º. Cada um dos consórcios TERÁ COMO ENTIDADE LÍDER UMA SEGURADORA ESPECIALIZADA em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois consórcios previstos no caput deste artigo."

Não obstante, tem-se que no art. 8º da mesma Resolução, encontra-se o principal motivo, da SUBSTITUIÇÃO ora pleiteada, senão vejamos:

"§ 8º. OS PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES serão realizados pelos consórcios, REPRESENTADOS POR SEUS RESPECTIVOS LÍDERES."
(Grifei).

Desta forma, é de fácil visualizar que os pagamentos de indenizações oriundas do Seguro Obrigatório DPVAT serão, impreterivelmente, pagos pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

IV. DO DIREITO

Diante do que será exposto não restará dúvida do direito do Promovente de receber a complementação do seguro obrigatório DPVAT, uma vez que o valor a ser recebido pelo Promovente no caso em questão é de 25%, do valor total da invalidez a que tem direito, vez que ocorreu paralisia com deformidade

[Handwritten signature]



OS
[Handwritten signature]

permanente neste membro, ainda sentindo dores até os dias de hoje, tendo seus movimentos limitados.

No caso em tela, a seguradora só pagou o valor referente a 25% do seguro, tendo que pagar mais 75%, para que chegue no valor a que tem direito o autor, conforme tabela juntada aos autos.

Existe jurisprudência que entende que a deformidade permanente de membro enquadra-se no conceito preconizado pelo §1º, inciso, II, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

APELAÇÃO CÍVEL - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO DPVAT - ASSIMETRIA FACIAL LEVE - DEFORMIDADE PERMANENTE - INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA DE LEVE REPERCUSSÃO - CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - FIXAÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO AO PATAMAR DE 50% (CINQUENTA POR CENTO) - § 1º, INCISO II, DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.DPVATDPVAT§ 1ºII3º6.1941. A deformidade permanente proveniente de acidente automobilístico, de qualquer natureza, é indenizável; **desde que, haja a comprovação do sinistro e dele tenha originado as seqüelas no acidentado.**2. O conceito preconizado pelo § 1º, inciso II, do art. 3º da Lei 6.194/74, redação alterada pela Lei 11.482/07, garante a vítima de acidente automobilístico, quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta a indenização proporcional de 50% (cinquenta por cento) para as repercussões de natureza média, sobre o valor integral da indenização por morte ou invalidez permanente (R\$ 13.500,00).§ 1ºII3º6.19411.4823. **A finalidade precípua do seguro DPVAT é estabelecer a garantia de uma indenização que atenda às necessidades repentinas e prementes do acidentado, que no caso em tela, teve como consequência e em decorrência do sinistro, deformidade permanente no membro inferior direito.**DPVAT4. Recurso provido em parte. Decisão Unânime. (1202431020098170001 PE 0120243-10.2009.8.17.0001, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 14/12/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 235). (grifos nossos).

O julgado acima defende, por tanto, que o segurado seja beneficiado por motivo de todas as sequelas que sofreu, passando a receber uma quantia justa, nem exorbitante, nem inferior aos traumas a que passou. Além do mais, ninguém está preparado para a ocorrência de um sinistro, o Seguro Obrigatório DPVAT visa justamente amenizar as despesas financeiras que o vitimado irá despender; que em um caso de invalidez permanente, nunca cessarão.

[Handwritten signature]



06
[Handwritten signature]

O cálculo realizado pela seguradora o do inciso II do § 1º do já citado art. 3º da Lei 6194/74, onde ocorre a diminuição da proporção da tabela. No entanto, tal diminuição só é procedente em casos de incapacidade permanente parcial, que como já demonstrado, não foi o que restou comprovado nos laudos técnicos, não tendo o condão, portanto da ré diminuir de per si, o valor devido. Sendo assim, tem sim direito, o autor à aplicação, em seu caso, do I, §1º, do art 3º da lei do seguro obrigatório (6194/74), ou seja, o Promovente faz jus a ser enquadrado diretamente na tabela. O valor que o autor recebeu não é suficiente para ampará-lo. Diante de tudo o que sofreu o autor e que vem sofrendo, pois este ainda sofre de dores e limitações, a gradação correta, ou seja, a gradação na forma como estabelece o I, §1º, art 3º da Lei 6.194, é o mais justo ao seu caso.

Certo é que uma indenização nunca trará de volta a vida que o autor tinha ou enxugaria suas lágrimas, mas ajudaria em suas necessidades, que nesse momento se faz tão necessária, que é para isso que serve o seguro: amenizar a perda, no caso do autor.

A indenização do seguro obrigatório DPVAT está condicionado a simples prova acidente e dano decorrente, segundo o art. 5º da Lei nº6.194/74:

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Sendo assim, o Boletim de Ocorrência supre a prova necessária para demonstrar o nexo entre o acidente e as sequelas daí decorrentes. Demonstrando assim, o direito do Promovente de receber a devida complementação do seguro obrigatório DPVAT.

Portanto, o Promovente faz jus a ter seu seguro tabelado na forma prevista no inciso I, §1º, art. 3º da Lei do Seguro DPVAT, como demonstrado acima, ou seja, faz jus a receber o percentual de 70% (setenta por cento) do valor total do seguro, haja vista que a fratura foi muito séria, tendo ficado com seqüelas graves, tal valor corresponde à R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), devendo ser reduzido o valor já recebido, acrescentado de correção monetária e juros de mora a contar da citação.

[Handwritten signature]



V. DOS PEDIDOS


Ante o exposto passa a requerer:

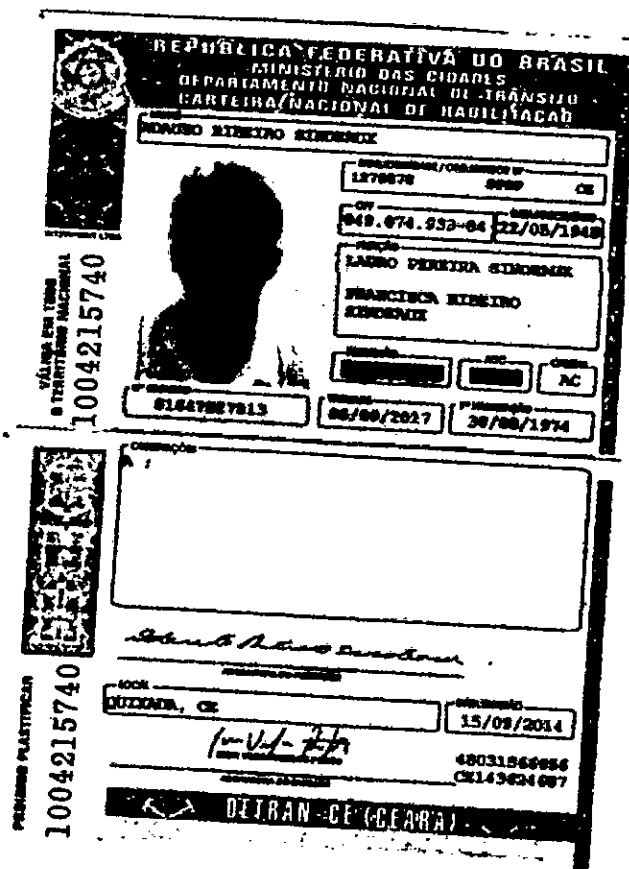
- a) A citação da demandada, na pessoa de seus representantes legais, para, querendo, responder a presente ação, sob pena de revelia;
- b) A procedência da ação, determinando a parte demandada ao pagamento da complementação do seguro obrigatório DPVAT, para que fique no percentual de 70% (setenta por cento) do valor constante para invalidez permanente, já descontando o que foi pago, corrigido e acrescido de juros de mora a partir da citação;
- c) Seja marcado o mutirão visando à célere solução do processo;
- d) Seja concedido o benefício de assistência jurídica gratuita ao autor, tendo em vista que não possui condições econômicas para arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e sua família;
- e) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especificamente, pericial, documental e depoimento pessoal do Promovente;
- f) A condenação da parte ré nas custas processuais e pagamento de honorários sucumbências arbitrados por Vossa Excelência, onde aponta o percentual de 20% (vinte por cento).

Dá-se a causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Termos em que, pede deferimento.

Senador Pompeu-CE, 12 de Novembro de 2018.

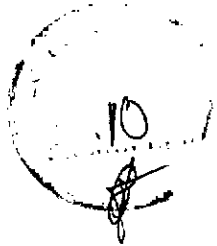

Yago Pinheiro Silva
OAB/CE: 32.825



1990



**YAGO PINHEIRO
ADVOGADO**



PROCURAÇÃO "AD JUDÍCIA"

OUTORGANTE: Adauto Ribeiro Sindeux
Portador(a) da Cédula de Identidade nº 1278878 Órgão Emissor
SSP-CE, inscrito no CPF sob o nº 049.074.933-04, residente e
domiciliado(a) na Distrito Genipapeiro Nº 07,
Bairro Zona rural Cidade Senador Pompeu, CEP: 63.600.000

OUTORGADO (S): **YAGO PINHEIRO SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado,
regularmente inscrito na OAB-CE sob o nº 32.825, com escritório profissional
situado a Rua Leonel Vale, nº 15, Centro, Senador Pompeu, Estado do Ceará, CEP
63.600-000.

PODERES: amplos poderes para dar assistência, patrocínio e acompanhamento,
bem como representação nos demais atos e pedidos que se façam necessários à
administração deste mandato, podendo transigir, fazer acordo, firmar
compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do
pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos os atos perante
repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da
administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares
ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo
também, atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

Senador Pompeu-CE, 12 / Novembro / 2018

Adauto Ribeiro Sindeux
Outorgante



YAGO PINHEIRO
ADVOGADO

11
P

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu Adauto Ribeiro Sindenex,
brasileiro, Estado civil casado, portador(a) da Cédula de Identidade nº
1278878 Órgão Emissor SSP-CE, inscrito(a) no CPF sob o
nº 049.074.933-04 residente e domiciliado na
DT. de Fenipapeiro, Nº 07, Bairro Zona rural,
Cidade S. Pompeu, CEP: 63.600,00, declaro que, em função de
minha situação financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das
custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família,
nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50.

Senador Pompeu-CE, 12 / NOVEMBRO / 2018.

Adauto Ribeiro Sindenex

OUTORGANTE

SINISTRO 3170347541 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX**COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** Comprev Previdência S/A-Filial
Fortaleza-CE**BENEFICIÁRIO** ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX**CPF/CNPJ:** 04907493304**Posição em 11-07-2017 09:12:43**

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

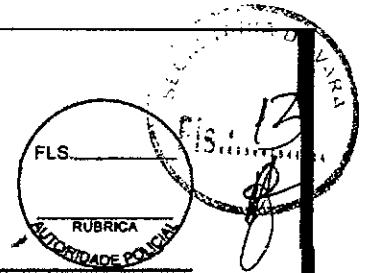
Valor: R\$ 2.362,50

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacão	Juros e Correção	Valor Total
11/07/2017	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA REGIONAL DE SENADOR POMPEU



BOLETIM DE Ocorrência Nº 551 - 701 / 2017

Dados da Ocorrência

Natureza do Fato: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**
Data / Hora da Comunicação: **12/05/2017 11:31:05**
Data / Hora da Ocorrência: **05/04/2017 15:00:00**
Endereço da Ocorrência: **ESTRADA DO JENIPAPEIRO**
Complemento:
Bairro: Município: **SENADOR POMPEU/CE**
Ponto de Referência:

Noticiante(s)

Nome: **ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX**
Nascimento: **22/05/1945** CPF: **049.074.933-04**
RG: **1278878** Órgão Emissor: **SSP** UF:
Filiação: **FRANCISCA RIBEIRO SINDEAUX**
LAURO PEREIRA SINDEAUX
Endereço: **SITIO JENIPAPEIRO**
Bairro: **ZONA RURAL** CEP: **63.600-000**
Município: **SENADOR POMPEU/CE**
País: **BRASIL** Telefone:

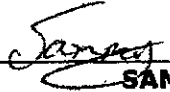
Dados do(s) Veículo(s)

1) Placa: **HUZ5470** Uf: **CE** Município: **SENADOR POMPEU** Chassi: **9C2JC2501RRS24961** Renavam: **631920617** Tipo do Veículo: **MOTOCICLETA** Marca / Modelo: **HONDA/CG 125 TITAN** Ano Fabricação: **1994** Ano Modelo: **1995** Combustível: **GASOLINA** Cor: **CINZA**
Proprietário: **ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX** Situação: **NÃO INFORMADO** Envolvimento: **ENVOLVIDO**

Histórico

Compareceu em cartório desta, a pessoa acima qualificada, afirmando o seguinte; Que na data, hora e local, acima citado, o declarante sofreu um acidente de trânsito quando trafegava com o veículo supracitado; QUE ao bater em uma pedra perdeu o equilíbrio e caiu ao solo; Que o declarante informa que foi para o hospital de Senador Pompeu/CE e em seguida transferido para o hospital de Fortaleza/CE; Que em consequência do acidente o declarante afirma que sofreu fratura no dedo da mão esquerda e teve seu pé esquerdo cortado; Que tem como testemunhas do acidente as seguintes pessoas: JOSÉ WILSON SOBRINHO RG 1734087-88 e CARMEM MIRANDA OLIVEIRA SOUZA RG 1734913-88; Que o declarante procurou esta delegacia para lavrar este boletim de ocorrência, e ficou cientificado que as informações prestadas neste Boletim de Ocorrência são de sua inteira responsabilidade; Que está ciente de no caso das informações inseridas neste procedimento forem falsas, responderá pelo crime de falsidade ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal Brasileiro. E nada mais disse.

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE SENADOR POMPEU

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO :  **SAMMY ALVES PASSOS - MAT.: 30111419**



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

POLÍCIA CIVIL

DELEGACIA REGIONAL DE SENADOR POMPEU



BOLETIM DE Ocorrência Nº 551 - 701 / 2017

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO:

Mauro Roberto Simões

VISTO DO DELEGADO(A) :

JOSÉ WILLIAM SOARES LOPES - MAT.: 30117417

- O Seguro DPVAT garante indenização de **R\$13.500,00** em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de **até R\$13.500,00** em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de **até R\$ 2.700,00** em caso de despesas médico-hospitalares.

- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatsegurodotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Adauto Ribeiro Sundeaux, portador da carteira de identidade nº 197.8878 e inscrito no CPF/MF sob o nº 019.074.933-04, residente e domiciliado na STTD GENIPARÉ, Cidade Sinador Pompou, Estado CEARA, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Adauto Ribeiro Sundeaux

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

SINADOR POMPÓU-CE 01/06/2017

Local e data



Maternidade e Hospital Santa Isabel
Rua: Joaquim Ferreira de Magalhães, 997 - Centro
CEP 63.600-000 - Senador Pompeu - Ceará

01/05

71

PLANO TERAPÊTICO E TRATAMENTOS

Nome: <u>Adalto Ribeiro Sindeaux</u>	Idade: <u>71</u>	Data: <u>05.04.2017</u>	Enfermaria: <u>Nova 17/2</u>	Leito:	Médico:	DIH:
--------------------------------------	------------------	-------------------------	------------------------------	--------	---------	------

PRESCRIÇÃO MÉDICA	APRAZAMENTO	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	EVOLUÇÃO MÉDICA																														
<p>Lilacal: Bruno Pereira Sindeaux Fce Ribeiro Sindeaux End: Sítio Puraquebo - Sen. Pompeu Data Rec. 22.05.17 - Acidente motociclístico c/ hemiplegia em membro superior RE c/ hemiparesia e em 4º quadrante</p> <p>GO - Limpidez - Colapso em membros inferiores - Ac. Thrombolyse</p> <p>Dr. Caio Milfont Ouelal Médico CREMEC - 17109</p> <p>CONFERE COM ORIGINAL 03/04/2017 JMO Responsável: SAME MA CNPJ 07.582.697/0002-44</p>		<p>19:15hs. Data transcrita 2/ Mon. Regional Anter. Noto.</p> <p>Dr. L. S. S. ENFERMEIRA CONVEN. 05.25.24</p>	<table><tr><th>HORA</th><th>PA</th><th>T</th><th>FC</th><th>FR</th><th>HGT</th></tr><tr><td>06:00</td><td>150x100</td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>12:00</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>18:00</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>00:00</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></table>	HORA	PA	T	FC	FR	HGT	06:00	150x100					12:00						18:00						00:00					
HORA	PA	T	FC	FR	HGT																												
06:00	150x100																																
12:00																																	
18:00																																	
00:00																																	

Alzemar Alves Sindeaux



INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA

24 horas de proteção à vida

Boletim de Emergência Reg.: 55 02770

O Sr.(a) Adauto Ribeiro Sindeaux

Foi atendido (a) neste Hospital no dia 06/04/17, às 10:00 h.

Tendo como causa do socorro fratura exposta no
de quadril esquerdo. Realizada cirurgia + imobilização.


Observações: Necessita afastar-se de
suas atividades profissionais
por 60 (sessenta) dias.

Fortaleza, 06 de Abril de 2017

Médico de Plantão - CRM: [assinatura]

CPF: [assinatura]




INSTITUTO DR. JOSÉ PROTA
"24 horas de proteção à vida"

 Fortaleza

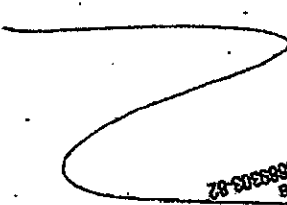
RECEITUÁRIO

Nome: Adauto Ribeiro BE/Prontuário: 5502770
Sindeux

R4 _____ Uso tópicos

Colágeno _____ dtb.

colocar sobre a ferida
e cada troca do curativo

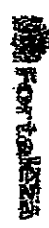
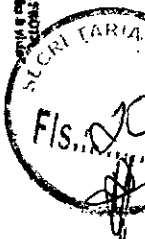

Cirurgia Plástica
CRM 4291 / CPF 16888303-82
Dr. Adauto Ribeiro

Data: 27/04/77


Assinatura e Carimbo do Médico

PROCURE O I.D.F. SOMENTE NOS CASOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
Rua Barão do Rio Branco, 1816 - Centro. CEP 60.025-061. Fone: 255-5000

NA CIDADE DE VERA CRUZ - 01/007/05 - Via Única - Fone: 255-5000



RECEITÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL

Instituto Dr. José Frota CNPES: 2529149 CNPJ: 07.835.044/0001-80 Rua Senador Pompeu, 1757 Baixo: Centro Fone: 3235.5000 Fortaleza - CE CEP: 60025-001		1ª Via - FARMACIA 2ª Via - PACIENTE 3ª Via - Fornecedor	
Paciente: Adalto Ribeiro S. m deaux			
Endereço: Genipacito - Senador Pompeu - Zona Rural			
Prescrição: Use Once			
) Cefalexina 500mg 28 comp. Tomar 01 comp. de 6/6 horas por 07 dias.		 Carimbo e Assinatura Médico	
Data: 06/04/2017		Data: / /	
Nome:		Fornecedor:	
Nº Ident.:		UF:	
Endereço:		Fornecedor:	
Nº:		Baixo:	
Cidade:		UF:	
CEP:		Tel.:	
		Carimbo e Assinatura	



INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA

2ª Via de proteção a vida

Boletim de Emergência Reg: 55.00770

O S: (a) Adalto Ribeiro S. m deaux

Foi atendido (a) neste Hospital no dia 06/04/17, às 10:00 h.

Tendo como causa do socorro fratura exposta no

le quadril direito, aguardando a

liberação para cirurgia + anestesi-

ologia.

Observações: Manita afetada - pe de

para o início da perfusão -

mais por 60 (sessenta) dias.

Fortaleza, 06 de Abril de 2017

Médico de Plantão - CRM:

CPF:

RECEITUÁRIO

Nome: Adauto Bibeiro Sindaux BE/Prontuário: _____

Rx: USO Oral

① Dipirona 500 mg ————— 20 comp
Tomar 01 comp de até 06/06h,
se dor.

② Ibuprofeno 600mg ————— 10 comp
Tomar 01 comp de 12/12h por
5 (cinco) dias.

Data: 06/04/17


Assinatura e Carimbo do Médico

PROCURE O IJF SOMENTE NOS CASOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA
Rua Barão do Rio Branco, 1816 - Centro. CEP 60.025-061. Fone: 255-5000

NA 006.893 Versão 1 - 01/SET/06 - Via Única - Formato A5 (148X210).



INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA



Emitido em: 27/04/2017 8:57:9

Por: JOSE URBANO DA MOTA COELHO

Registro de Atendimento Emergencial

REGISTRO DE ATENDIMENTO EMERGENCIAL						DATA/HORA: 06/04/2017 06:25:20	
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE							
CNS: 700108915838020	NOME: ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX			Registro: 5502770			
CPF: 04907493304	RG: 1278878	D. NASC: 22/05/1945	ESTADO CIVIL: C	SEXO: M	RAÇA/COR: Parda		
NOME DA MÃE: FRANCISCA RIBEIRO SINDEAUX		NOME DO PAI: LAURO PEREIRA SINDEAUX					
TIPO DE LOGRADOURO:		ENDEREÇO DO PACIENTE: JENIPAPEIRO		Nº: SN	BAIRRO: ZONA RURAL		
COMPLEMENTO:	TELEFONE CONTATO:	MUNICÍPIO: SENADOR POMPEU		UF: CE	CEP: 63600000		
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL							
NOME: ALZEMAR		PARENTESCO: FILHO		TELEFONE: 996347135			
ACIDENTE DE TRABALHO							
DE VÍNCULO:		CSO DO EMPREGADO:	CNPJ DO EMPREGADOR:	CÓDIGO DO CNAEP:			
ACOLHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO							
MOTIVO DE ATENDIMENTO: Acidente com motociclista, Acidente de transporte sem colisão, inclui capotamento, queda ou projeção de uma motociclista							
QUEIXAS: queda de moto há 10 hs com trauma dedo mão fx exposta							
OBSERVAÇÕES: dor moderada							
SINAIS VITAIS							
LOCAL DA OCORRÊNCIA: Área Pública		Escala de Dor: Moderado		PRIORIDADE DE ATENDIMENTO: AMARELO			
ESPECIALIDADE DO ATENDIMENTO:							
ATENDIMENTO MÉDICO							
Anamnese:							
Exame Físico:							
Conduta:							
TEMPO NECESSÁRIO PARA OBSERVAÇÃO:							
EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:							
ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE:							
DATA E HORA DO ATENDIMENTO:		CARIMBO E ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA:					

AVISO DE PROTOCOLO - SUS
RAE TIRADA
PELO SISTEMA E-SUS
DATA 04/04/2017
MATERIA 13466
SERVIDORIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADIAS

DETRAN - CE Nº 012257873604
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 01 COD. RENAVAM 631920617 R.N.T.C. 00000000000 EXERCÍCIO 2016

NOME
ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX

SENADOR POMPEU/CE

CPF / CNPJ 04907493304 PLACA HUZ5470

PLACA ANT / UF *****/CE CHASSI 9C2JC2801RRS24961

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/NAO APLIC. COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA / MODELO HONDA/CG 125 TITAN ANO FAB. 1994 ANO MOD. 1998

CAP / POT / CL. 2P/12CV/124CC CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE CINZA

COTA ÚNICA ***** VENC. COTA ÚNICA **/**/** 1º ISENTO

PADA LRV. *** PARCELAMENTO / COTAS ***** 2º NAO 3º INCIDE

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) 286.75 IOF (R\$) 1.11 PRÊMIO TOTAL (R\$) 292.81 DATA DE PAGAMENTO 09/12/2016

OBSERVAÇÕES

SENADOR POMPEU
Igor Pompeu
DETRAN

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PE SOAS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PE SSOAS
TRANSPORTADAS OU NAU SEGURO DPVAT

CE Nº 012257873604, BILHETE DE SEGURO DPVAT

2016
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2016 DATA EMISSÃO 09/12/2016

VIA 01 CPF / CNPJ 04907493304 PLACA HUZ5470

RENAVAM 631920617 MARCA / MODELO HONDA/CG 125 TITAN

ANO FAB. 1994 ANO MOD. 09 CHASSI 9C2JC2801RRS24961

PRÊMIO TARIFÁRIO

129.04 14.34 143.38

PRÊMIO DO BILHETE (R\$) 1.11 IOF (R\$) 0.00 PRÊMIO TOTAL (R\$) 292.81

COTA ÚNICA PARCELADO 09/12/2016

PROPRIETÁRIO
LOTE/DO SEGURO DPVAT
MOTOR JC25E-RP44903-090001-04
www.organdetransito.com.br



DATA

Nesta data recebi os presentes autos.
Senador Pompeu, 13/11/2018.

29
[assinatura]

Bel^a Jacqueline Frota de Sá Carneiro
Supervisora de Secretaria

REGISTRO E AUTUAÇÃO

Nos termos do art. 46 do Provimento nº 01/2007 da CGJ/CE, autuei e registrei os presentes autos sob o número 7677/2018, no Livro de Registros de Feitos Cíveis nº 04 desta Secretaria de 13/11/2018.

Bel^a Jacqueline Frota de Sá Carneiro
Supervisora de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data faço estes autos conclusos ao MM.
Juiz de Direito.
Senador Pompeu, 13/11/2018.

Bel^a Jacqueline Frota de Sá Carneiro
Supervisora de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Senador Pompeu

Vara Única da Comarca de Senador Pompeu

Rua Marcionílio Gomes de Freitas, S/N, Centro - CEP 63600-000, Fone: (88) 3449-1141, Senador Pompeu-CE
E-mail: senadorpompeu@tjce.jus.br



DECISÃO

Processo n.º: 0000547-58.2018.8.06.0166
Classe – Assunto: Procedimento Comum - Seguro
Requerente: ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX
Requerido: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

Defiro a gratuidade judiciária.

A prova pericial é indispensável à instrução e julgamento de feitos dessa natureza, sendo certo que o autor não tem condições de arcar com os custos para a realização do exame pericial, pois que litiga sob os auspícios da Justiça gratuita.

Verifico ser possível a aplicação analógica da Recomendação Conjunta 01 de 15 de novembro de 2015 do CNJ, que dispõe sobre a adoção de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, antecipando-se parcialmente a fase probatória e invertendo-se a ordem da produção da prova para o fim de determinar de ofício, antes mesmo da citação, a realização da prova pericial, tudo como medida de economia processual, possibilitando, inclusive, a solução rápida e pacífica do conflito, a qual deve ser sempre promovida e estimulada pelo Juiz, providências estas que encontram respaldo legal, entre outros, nos seguintes dispositivos: Art. 5º, inciso LXVIII da CF e Arts. 139, incisos II e V e 370, ambos do NCPC.

Não se pode olvidar que a possibilidade da adoção de tal procedimento vem prevista expressamente no Novo Código de Processo Civil (Arts. 381, inciso II e 361).

Sendo assim, determino, antes mesmo da citação, a intimação do requerido, através de carta com aviso de recebimento, para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a possibilidade e disponibilidade de realizar o pagamento dos honorários periciais, os quais, desde já, arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais).

Acrescento que, havendo disponibilidade da parte requerida para o pagamento dos honorários acima mencionados, estes deverão ser depositados em conta à disposição desse juízo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo certo que os exames periciais serão realizados em regime de mutirão, reunindo vários processos, em um só dia, de forma a garantir maior celeridade e efeito prático no andamento de processos como o ora tratado.

Senador Pompeu/CE, 22 de novembro de 2018.

Mikhail de Andrade Torres
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO



Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0062/2018, encaminhada para publicação.

Advogado
Yago Pinheiro Silva (OAB 32825/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "DECISÃO Processo n.º:0000547-58.2018.8.06.0166 Classe Assunto:Procedimento Comum - Seguro Requerente:ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX Requerido:Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT Defiro a gratuidade judiciária. A prova pericial é indispensável à instrução e julgamento de feitos dessa natureza, sendo certo que o autor não tem condições de arcar com os custos para a realização do exame pericial, pois que litiga sob os auspícios da Justiça gratuita. Verifico ser possível a aplicação analógica da Recomendação Conjunta 01 de 15 de novembro de 2015 do CNJ, que dispõe sobre a adoção de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, antecipando-se parcialmente a fase probatória e invertendo-se a ordem da produção da prova para o fim de determinar de ofício, antes mesmo da citação, a realização da prova pericial, tudo como medida de economia processual, possibilitando, inclusive, a solução rápida e pacífica do conflito, a qual deve ser sempre promovida e estimulada pelo Juiz, providências estas que encontram respaldo legal, entre outros, nos seguintes dispositivos: Art. 5º, inciso LXVIII da CF e Arts. 139, incisos II e V e 370, ambos do NCPC. Não se pode olvidar que a possibilidade da adoção de tal procedimento vem prevista expressamente no Novo Código de Processo Civil (Arts. 381, inciso II e 361). Sendo assim, determino, antes mesmo da citação, a intimação do requerido, através de carta com aviso de recebimento, para se manifestar, no prazo de 10 (dez)dias, sobre a possibilidade e disponibilidade de realizar o pagamento dos honorários periciais, os quais, desde já, arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais). Acrescento que, havendo disponibilidade da parte requerida para o pagamento dos honorários acima mencionados, estes deverão ser depositados em conta à disposição desse juízo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo certo que os exames periciais serão realizados em regime de mutirão, reunindo vários processos, em um só dia, de forma a garantir maior celeridade e efeito prático no andamento de processos como o ora tratado. Senador Pompeu/CE, 22 de novembro de 2018. Mikhail de Andrade Torres Juiz de Direito"

Do que dou fé.
Senador Pompeu, 28 de novembro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0062/2018, foi disponibilizado na página 560/563 do Diário da Justiça Eletrônico em 29/11/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado
Yago Pinheiro Silva (OAB 32825/CE)

Teor do ato: "DECISÃO Processo n.º:0000547-58.2018.8.06.0166 Classe Assunto:Procedimento Comum - Seguro Requerente:ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX Requerido:Seguradora Lider do Consórcio do Seguro DPVAT Defiro a gratuidade judiciária. A prova pericial é indispensável à instrução e julgamento de feitos dessa natureza, sendo certo que o autor não tem condições de arcar com os custos para a realização do exame pericial, pois que litiga sob os auspícios da Justiça gratuita. Verifico ser possível a aplicação analógica da Recomendação Conjunta 01 de 15 de novembro de 2015 do CNJ, que dispõe sobre a adoção de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente, antecipando-se parcialmente a fase probatória e invertendo-se a ordem da produção da prova para o fim de determinar de ofício, antes mesmo da citação, a realização da prova pericial, tudo como medida de economia processual, possibilitando, inclusive, a solução rápida e pacífica do conflito, a qual deve ser sempre promovida e estimulada pelo Juiz, providências estas que encontram respaldo legal, entre outros, nos seguintes dispositivos: Art. 5º, inciso LXVIII da CF e Arts. 139, incisos II e V e 370, ambos do NCPC. Não se pode olvidar que a possibilidade da adoção de tal procedimento vem prevista expressamente no Novo Código de Processo Civil (Arts. 381, inciso II e 361). Sendo assim, determino, antes mesmo da citação, a intimação do requerido, através de carta com aviso de recebimento, para se manifestar, no prazo de 10 (dez)dias, sobre a possibilidade e disponibilidade de realizar o pagamento dos honorários periciais, os quais, desde já, arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais). Acrescento que, havendo disponibilidade da parte requerida para o pagamento dos honorários acima mencionados, estes deverão ser depositados em conta à disposição desse juízo, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo certo que os exames periciais serão realizados em regime de mutirão, reunindo vários processos, em um só dia, de forma a garantir maior celeridade e efeito prático no andamento de processos como o ora tratado. Senador Pompeu/CE, 22 de novembro de 2018. Mikhail de Andrade Torres Juiz de Direito"

Do que dou fé.
Senador Pompeu, 27 de fevereiro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Senador Pompeu

Vara Única da Comarca de Senador Pompeu

Rua Marcionílio Gomes de Freitas, S/N, Centro - CEP 63600-000, Fone: (88) 3449-1141, Senador Pompeu-CE -
E-mail: senadorpompeu@tjce.jus.brSenador Pompeu



CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo nº: 0000547-58.2018.8.06.0166
Aposos: Processos Aposos << Informação indisponível >>
Classe: Procedimento Comum
Assunto: Seguro
Requerente: ADAUTO RIBEIRO SINDEAUX
Requerido: Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5º, 6º, 9º 14º 15º andar, Centro - CEP 20031-205, Rio De Janeiro-RJ

Prezado(a) Senhor(a) Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT,

A presente, extraída da ação em epígrafe, de ordem do(a) MM Juiz(a), Dr.(a) Adriano Ribeiro Furtado Barbosa, tem como finalidade INTIMAR V.Sa. de todo teor da decisão de fls. 30.

OBSERVAÇÃO:

Expediente emitido conforme art. 3º, do provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça, de 10 de janeiro de 2019.

Senador Pompeu/CE, 27 de fevereiro de 2019.


GERALDO MAGELA LOPES PARENTE
Técnico Judiciário- Matrícula 573

Sr(a).
Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT
Rua Senador Dantas, 74, 5º, 6º, 9º 14º 15º andar, Centro
Rio De Janeiro-RJ
CEP 20031-205



CERTIDÃO

Certifico haver postado o exp. netu
sob o Nº AR 297258317 BR

na data ingua

S. Pompeu, 28/03/19

PT MS

Assessoria de Secretaria